



O QUE FALTA (TAMBÉM) SE GRAVA/FLAGRA: AS PALAVRAS DA CIDADE EM IMAGENS

Atilio Catosso Salles¹

“O mundo não aguenta
a narração
de mais nada.”²
(Vasco Graça Moura)

Decerto que propor uma leitura a partir de uma ordem discursiva, não implica em impor “uma forma” (de interpretação) a tal discursividade. Pelo contrário, o procedimento de interpretação a que nos filiamos e pretendemos operar em relação aos sentidos, é o da multiplicidade, da largueza, da possibilidade de emaranhamento, cujo efeito de perda/ganho se dá no mesmo espaço, pela opacidade da língua/sujeito/história.

Nessa posição discursiva dos estudos da linguagem, a possibilidade que sustenta o dizer e sua interpretação está suposto pelo já dito, compreendido por Orlandi (2007: p.31) como memória discursiva, “o saber discursivo que torna possível todo dizer e que retorna sob a forma do pré-construído, o já dito que está na base do dizível sustentando cada tomada da palavra”.

Desse modo, propomo-nos encampar pela compreensão do universo do dizível na perspectiva materialista do discurso, (PÊCHEUX 1988, 1997, 2004; ORLANDI 1996, 2004; MARIANI 2004; LAGAZZI 2007), para problematizar o funcionamento do que temos chamado de uma política do olhar ideológico na base material da imagem. Escapantes, triviais, controladas... imagens que apresentam um traço em comum: um ponto de seu desenrolar, um movimento falado por si, transparente no seu próprio apagamento “simplesmente”, na sua realização que acompanha as evidências inquestionáveis e interpõe-se como real, presença/ ausência. Imagem – matéria encontrada no trajeto do dizível da cidade [e diz] e que se impõe a ela como matéria - fa(dado) ao complexo funcionamento histórico-social.

Nesta direção, partimos do princípio de compreensão das imagens, em nosso material, enquanto efeitos a serem lidos em sua relação com o corpo da cidade, pelo movimento de sombra, pelos cortes de cena, ou seja, pelo gesto próprio da montagem cinematográfica. Neste jogo entre os efeitos da montagem e a cidade, temos os deslizamentos de sentido, os silêncios e seus efeitos, ainda que aparentemente excluídos, estão a significar, reclamando interpretação. Isso, pensado pela perspectiva materialista do discurso e, sobretudo, problematizado em relação ao agenciamento discursivo da narratividade no documentário – Território Vermelho (GOIFMAN, 2006). No documentário as relações sociais no urbano, na sua reprodução e ruptura, através da emergência das falas na apreensão do simbólico, capturam ininterruptamente processos de significação que

¹ Graduado em Licenciatura Plena em Letras (UNEMAT), atualmente cursa o mestrado em Ciências da Linguagem pela Universidade do Vale do Sapucaí (UNIVÁS).

² Terceto de autoria do poeta Vasco Graça Moura grafado num muro da cidade de São Paulo.



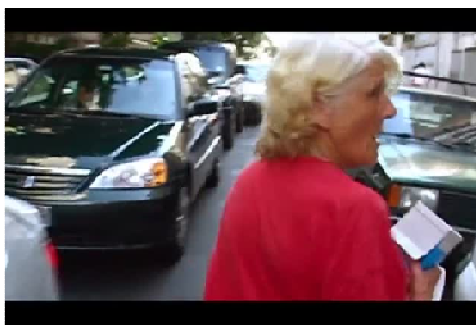
deslocam efeitos de perturbação, falta e injunção a trajetos, vias. A cidade, pelo seu funcionamento social no espaço do simbólico, mobiliza movimentos discursivos que percorrem e cruzam as margens da “incompreensão”.

A propósito da abertura dos sentidos no espaço da cidade, temos sempre em jogo a convergência da espacialização da linguagem, face ao da simbolização do urbano. Pensar o lugar dessa espacialização e a simbolização de “flagrantes”, no documentário recortado para leitura, é como temos observado, uma tentativa de organização do lugar totalizador de acesso ao caos do urbano. Afinal, na cidade, as tramas urbanas, diferente ou similar das descritas nos vídeos, percorrem trajetos, habitam nichos, atravessam viadutos, ruas e praças, e no dia a dia atualizam sentidos e sujeitos no espaço público.

Pensando o processo de significar próprio à língua, asseveramos que na materialidade específica em análise, dada a forma visual como as narratividades urbanas estão circulando e significando a cidade, propõe-se como hipótese primeira que a ordem dessas imagens significadas são acionadas por meio de uma repetição histórica, onde diferentes filiações à memória discursiva em movimentos se deslocam pelo jogo de convergências da espacialização e pela simbolização das tramas atualizadas como urbanas.

Lendo Pêcheux, a memória discursiva é considerada como um espaço de regularização da forma material. Na leitura, a memória vem preencher os implícitos (pré-construídos e discursos transversos) oferecendo ancoragem ao próprio gesto da interpretação. Esta regularização do legível pode ser perturbada pelo acontecimento discursivo. A memória discursiva incorpora este acontecimento e instaura uma nova série de repetição, em que “o corpo dos sujeitos e corpo da cidade formam um, estando o corpo dos sujeitos atado ao corpo da cidade, de tal modo que o destino de um não se separa do destino do outro.” (ORLANDI, 2004: p.11). Nesse sentido, todas as determinações que definem esse espaço “de ficção”, cruzam-se na tensa relação entre a cidade, o urbano e o social.

A cidade tem assim o seu corpo significativo que resiste à metáfora, à poesia, ao dizer possível. Tal resistência equivale entregar-se ao imaginário, ao ilusório, ao calculável. Conforme Orlandi (2012) são muitas as formas de barrar a metáfora, entretanto pelos incontornáveis processos de denegação e negação sujeitos urbanos formulam modos de dizer que jogam com a própria desorganização do espaço burocrático. Essas formulações são materialmente expressas em fulgurações, lampejos em que a narratividade urbana se estampa e esvai-se. Fuga!



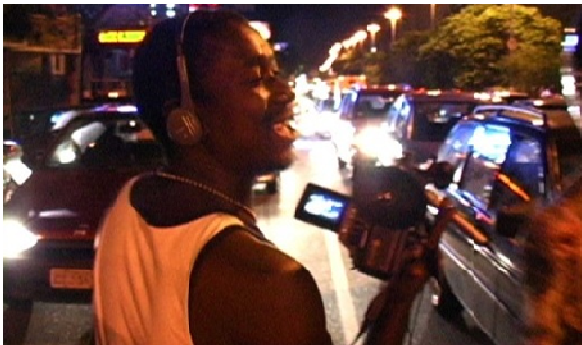
Nas imagens do vídeo temos cenas em que sujeitos participam, sem distância. Não relata do lugar de fora. Narra-se como parte de cada tomada de imagem. Há, no entanto, uma objeção a se pontuar: não propomos compreender a palavra narratividade conforme a sua etimologia. Narratividade em nossa proposta de leitura é “o dizer” a cidade, pelos flagras torna-se parte constitutiva das cenas urbanas.



Segundo Pêcheux, a imagem é um discurso que reclama sentido, “um operador de memória social” (2002 [1983], p.51). Sendo discurso, a imagem, as narratividades urbanas aí em funcionamento operam, sobretudo, enquanto estrutura ou acontecimento. É a cidade produzindo sentidos. Um olhar em movimento sendo narrado, não por um “contador de histórias (como o cego nordestino, o violeiro, o velho indígena etc.)” (ORLANDI, 2004: p.31), isso, pois, a cidade não tem um narrador. Não são as pessoas que protagonizam os vídeos simplesmente que ocupam o lugar dos contadores de história ao conduzirem a câmera pelo território vermelho, nem mesmo é o diretor ou editor que ocupa tal posição. As narratividades em imagens têm os seus “vários pontos de materialização. Moventes. Fulgurações. Materialidade dispersa. E é nas suas relações que podemos compreender esses seus sentidos” (ORLANDI, 2004: p.31).

Nessa direção, enquanto gesto que desorganiza, a narratividade urbana em imagens, é também um modo de dar relevo à espessura semântica da cidade, atravessar o urbano, os seus territórios saturados, e capturar pelas câmeras o flagrar do real da cidade se significando no instante de um flash, de uma mirada, ou focagem que ficam na película estetizável de cada imagem.

Em Território Vermelho, os movimentos de discursos, de imagens, cruzam-se dando lugar à incompreensão. À espera dos sentidos, e na ânsia de representar a cidade pela sua organização, o sujeito se desorganiza, tropeça na quantidade que não se pode metaforizar como gostaria. Isso, pois como já dado pelo imaginário, o discurso social não é homogêneo. Há de se pensar a cidade como “um processo em que se fazem presentes eventos não apenas empiricamente, mas materialmente diferentes, constituindo novas formas sociais e representando um real deslocamento ideológico nos modos de significar, e viver, a cidade” (ORLANDI, 2004: p.70).



Luz, câmera e ação.

Corta.

Jogos de cena, de edição. Imagens estampadas dadas a produzirem um efeito de evidência como se fosse algo da “realidade”, capturadas por uma confirmação do concreto.

Lugar da contradição. E é nesse ponto que investimos problematizar tal efeito de realidade, o que nos implica considerar os efeitos de sentidos, os movimentos de sentido, tecidos de acordo com uma memória discursiva na qual o sujeito se inscreve e recorta seu dizer, isso, pois, compreendemos que o discurso (suas formas materiais) não é evidente, tampouco, está como mera mensagem a ser decodificada.

Silêncio, vazio, apagamento, formas materiais: jogos de rupturas na representação imaginária que temos no documentário como possível lugar de algo que existiu; materialidades como superfície em que se vê algo; trabalho dos sentidos apreendidos como “literais”, que são a todo o momento re-significados ininterruptamente. Assim, nas telas projetadas, Território Vermelho não cessa, tanto de instalar o visível quanto o apagado, enegrecido, bem ao modo como podemos refletir sobre as

palavras. Também elas se inscrevem tanto quanto pelo que silenciam; trabalho que impõe ao analista ler não somente o dito, mas o seu avesso, suas frestas irrompidas pelo silêncio.

Resistência sobre uma realidade apagada na imagem. O gradual silêncio da memória urbana em cena. Nessa direção, cabe ressaltar o que Érica Karine Ramos Queiroz (2008: p.162) propõe sobre a questão da temporalidade na edição, e questionar se tal funcionamento de “planos” na edição da imagem, funciona do mesmo modo na materialidade específica no documentário:

[...] ao falar das definições dos planos, torna-se relevante considerar a questão da temporalidade na edição das imagens, pois o recurso ao movimento rápido de imagens, restringe a duração da reflexão do espectador de modo a produzir interpretações rápidas, direcionadas. Mas, imagens alongadas pelo movimento lento em relação ao tempo real também funcionam de modo a direcionar, enfatizar alguns sentidos e não outros.

À medida que a cidade nos expõe à sua ordem, o incompleto e o equívoco se apresentam diante daquilo que não se pode controlar, tal como no funcionamento da língua. O “diretor” e os “editores” do da série recortada para leitura estão expostos a esse efeito do desamparo (ilusão de controle) diante do que não se pode controlar, entram no jogo incessante de dar unidade, lógica a esse espaço urbano, pelo próprio gesto de captura, foco, congelamento em/de imagens do corpo da cidade e dos sujeitos. O que nos aproxima ainda mais da possibilidade de compreensão de que o espaço urbano e os sujeitos se constituem ao mesmo tempo por uma tensão sem fim. E a memória se inscreve incessantemente, produzindo efeitos de literalidade. Afinal,

[...] uma memória não poderia ser concebida como uma esfera plena, cujas bordas seriam transcendentais históricos e cujo conteúdo seria um sentido homogêneo, acumulado ao modo de um reservatório: é necessariamente um espaço móvel de divisões, de disjunções, de deslocamentos e de retomadas, de conflitos de regularização... Um espaço de desdobramentos, réplicas, polêmicas e contra-discursos. (PÊCHEUX, 1999: p.56)

Pêcheux (1997), ao considerar o discurso como efeito de sentido entre interlocutores, resgata para o debate as condições históricas de produção dos discursos, o que nos possibilita colocar a ideologia em questão, pois, o sujeito no gesto de formular é atravessado pelo Interdiscurso, ou seja, ele ocupa uma posição, se inscreve num já-lá de uma memória discursiva que, a priori, antecede independentemente de sua vontade. Nessa direção, o sentido para Pêcheux “enquanto instância ideológica tem um ‘caráter material’ – formações ideológicas – e um ‘caráter regional’ – as posições de classe, o que assegura um funcionamento ao mesmo tempo tenso e contraditório [...]” (Maluf-Souza, 2010, s/p). O funcionamento da instância ideológica, de acordo com Pêcheux (1997), produz, pelo próprio processo de interpelação ideológica, um assujeitamento que por sua vez constitui o sujeito enquanto forma-sujeito, àquele agente das práticas sociais. Para o autor, através da submissão aos significantes da língua (o já-lá, o pré-construído), “essa identificação, fundadora de unidade (imaginária) do sujeito apoia-se no fato de que elementos do interdiscurso [...], são re-inscritos no discurso do próprio sujeito” (PÊCHEUX, 1997: p.163) Dessa maneira, os significantes aparecem:

[...] não como as peças de um jogo simbólico eterno que os determinaria, mas como aquilo que foi “sempre-já” desprendido de um sentido: não há naturalidade do

significante; o que cai, enquanto significante verbal, no domínio do inconsciente está “sempre-já” desligado de uma formação discursiva que lhe fornece seu sentido, a ser perdido no non-sens do significante. [Grifos do autor]. (Pêcheux, 1997: p. 176)

Pêcheux (1997: p. 161) compreende como processo discursivo o “sistema das relações de substituição, paráfrases, sinonímias [...], funcionando entre elementos linguísticos – “significantes” – em uma formação discursiva dada”, marcada por filiações de diferentes posições sujeito. Nesse passo, ao pensarmos a cidade como espaço interpelado também pelo lugar constitutivo das discursividades que a fundaram, podemos propor como leitura possível que na cidade, o seu corpo ao “realizá-la”, “também a revela, pois há um corpo posto, um corpo exposto e um corpo que circula sentidos [...] fundantes da cidade” (Maluf-Souza, 2010). As narratividades urbanas são partes constitutivas desse corpo; exibidas e projetadas no Território Vermelho.

De acordo com Orlandi (2004) “quem vive no espaço urbano, sabe que uma rua é uma rua, sem estar definindo isso a todo tempo; sabe que na rua há carros, por exemplo, [...] (p.83). Esse é um lugar específico, portanto com uma memória. Uma Memória urbana. Payer (2006) afirma que o ritual discursivo, seja este em qualquer conjuntura dada, estabelece uma relação intrínseca com a memória, a partir da circularidade na sociedade e na história. A memória pelas vias do simbólico funciona determinada por certas formações discursivas, em escalas coletivas, bem como, percorre também esferas tidas como privadas e/ou pessoais, que, neste caso, coloca em funcionamento alguns processos de silenciamento. Nessa direção, Payer (2009, p.38), considera que é necessário identificar:

[...] o entrecruzamento destas duas esferas, coletiva e pessoal, [que] leva a desvendar o funcionamento de um meticuloso trabalho da memória, na articulação, às vezes subterrânea e involuntária, do mnemônico com a palavra. A atenção a esta articulação resulta na impossibilidade de desconsiderarmos o sensível na produção do sujeito de linguagem, das práticas humanas e do próprio conhecimento.

A cidade é um espaço significante, onde sujeitos afetados pela memória discursiva constituem o processo de produção de sentidos. Há que se destacar, no entanto, que, “quando se produzem certos gestos em relação a essa memória, se está transformando, modificando, ou não [...]” ela. (ORLANDI, 2004: p. 83). Nesse ponto, perguntamo-nos, em que medida a memória urbana pelo modo como circula na forma material específica do documentário rompe, ou estabelece outra forma de urbanização e, também, como que se dá nesse mesmo espaço a relação de evidência entre os sujeitos sociais urbanos?

Para Orlandi (2009), a evidência do sentido apaga o seu caráter material, isto é, faz ver transparente aquilo que se constitui pela remissão a um conjunto de formações discursivas que funcionam como dominantes, podemos dizer que este é resultante da determinação do efeito do interdiscurso (da memória). A memória, por sua vez, segundo a autora, tem suas características quando pensada em relação ao discurso. E, nessa perspectiva, ela é tratada como interdiscurso. Este é definido como aquilo que fala antes, em outro lugar, independentemente. Ou seja, é o que chamamos memória discursiva: o saber discursivo que torna possível todo dizer e que retorna sob a forma do “pré-construído”, o já-dito que está na base do dizível, sustentando cada tomada da palavra.



Com efeito, na medida em que a Análise de Discurso questiona o efeito ideológico, suas contradições e deslocamentos, ela se posiciona frente a questões relativas à história e à significação. Nessa direção, ao recortar para leitura um objeto simbólico, aquilo que produz sentido, é colocar em questão o próprio sistema significante material. Ou seja, o próprio processo, que não separa forma e conteúdo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- LAGAZZI, Suzy. Linha de Passe: a materialidade significativa em análise. RUA [online]. 2010, no. 16. Volume 2 - ISSN 1413-2109.
- Maluf-Souza, Olímpia. Cidade, Discurso e Ideologia. Anais do Sead. [online] 2010. <http://www.discurso.ufrgs.br/anaisdosead/2SEAD/SIMPOSIOS/OlimpiaMalufSouza.pdf>.
- ORLANDI, Eni P. Efeitos do verbal sobre o não-verbal. [S.l.: s.n.], 1993. 16 p. (mimeo)
- _____. (Org.). Gestos de leitura. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1994.
- _____. Interpretação: Autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico. Petrópolis-RJ Vozes, 1996.
- _____. Do sujeito na história e no simbólico. In: Revista Escritos nº4: Contextos epistemológicos da análise do discurso. Campinas, SP: LABEURB, 1999.
- _____. Análise de discurso: princípios e procedimentos. Campinas: Pontes, 1999.
- _____. Cidade dos sentidos. Campinas: Pontes, 2004.
- _____. Discurso em Análise: sujeito, sentido, ideologia. Campinas: Pontes, 2012.
- _____. História das ideias lingüísticas: construção do saber metalingüístico e constituição da língua nacional. Campinas: Pontes, Cáceres: Unemat, 2001.
- _____. Efeitos do Verbal sobre o Não-Verbal. Rua, Campinas, 1:35-47, 1995.
- PÊCHEUX, M. L'étrange miroir de l'Analyse du Discours. In: Langages nº 62, Paris, pp. 5-8; juin 1981.
- _____. O discurso: estrutura ou acontecimento. Trad. Eni Orlandi. Campinas, SP: Pontes, 1990.
- _____. Semântica e Discurso: Uma Crítica à Afirmação do Óbvio. Campinas, SP. Editora da UNICAMP. 1990.
- _____. Papel da memória. In: ACHARD, Pierre et. al.. Papel da Memória. Campinas: Pontes, 1999.
- PÊCHEUX, M. Role de la Mémoire. In: ACHARD, P. et. Al. (dir). Histoire et linguistique. Paris: Éditions de la maison des sciences de L'homme, 1994. Trad, brás. Papel da Memória. Campinas: Pontes, 2007.
- _____. Delimitações, Inversões, Deslocamentos. Cad. Est. Ling., Campinas, (19): 1990.
- _____. Análise automática do discurso. In F. Gadet e T. Hak (orgs.) Por uma análise automática do Discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Trad. Bethânia S. Mariani et. al. 3. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1975.
- QUEIROZ, Érica Karine Ramos. (N)Os telejornais brasileiros: a textualização lacunar da notícia. Campinas: Universidade Estadual de Campinas (Tese de Doutorado), 2008.
- XAVIER, Ismail. O Discurso Cinematográfico: a opacidade e a transparência. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- ZOPPI-FONTANA, M. Cidadãos modernos. Campinas: Editora da Unicamp, 1997.